

FUNDOS SOLIDÁRIOS

Passo a Passo para a Constituição de Fundos Comunitários



Escola de
Cidadania
CAMP
desde 1983



FUNDOS SOLIDÁRIOS

Passo a Passo para a Constituição de Fundos Comunitários

Projeto:
Fortalecimento e Expansão das Iniciativas de
Fundos Solidários na Região Sul
Convênio 792864/2013
SENAES/MTE – CAMP
BRASIL/2017

EXPEDIENTE

CAMP

Conselho Diretivo

João Mauricio Farias

Roseli Dias

Márcia Falcão

Carlos Wincler

Secretária Executiva

Daniela Tolfo

Coordenadora da

Equipe Pedagógica:

Helena Bins Ely

Coordenadora

Administrativa Financeira:

Gabriela Salvarrey

Produção e Elaboração:

Elisiane de Fátima Jahn

Daniela Tolfo

Helena Bins Ely

Equipe Executiva do Projeto

Fundos Solidários:

Beatriz Gonçalves Pereira,

Elisiane Jahn, William Leffeu,

Helena Bins Ely e Daniela Oliveira.

Arquivo Fotográfico:

Acervo Projeto Fundos Solidários

Acervo CAMP

Projeto Gráfico e Diagramação:

Gráfica e Editora Relâmpago

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego

CAMP

Praça Parobé, 130 | 9º andar | Porto Alegre-RS | CEP: 90030-170

Esta publicação é financiada com recursos públicos.

Distribuição gratuita. Proibida a venda.

Tiragem de 600. Impresso no Brasil.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido para uso não comercial por organizações da sociedade civil e por instituições públicas desde que haja autorização das instituições promotoras, parceiras e apoiadoras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
PASSO 1 – Metodologia e Decisão Política	13
PASSO 2 – Olhando para a Trajetória do Grupo	16
<i>Oficina 1 - Economia Solidária e Fundos Solidários</i>	16
<i>Oficina 2 - Trajetória e Identidade do Grupo</i>	21
PASSO 3 – Construção das Regras	27
<i>Oficina 3 - Definição do Regimento Interno</i>	27
PASSO 4 – Definição dos Instrumentos de Controle	36
1. Ata: o que é e para que serve	36
2. Ficha de Cadastro	39
3. Termo de Adesão	40
4. Termo de Compromisso ou Contrato	41
5. Controle de Caixa e Prestação de Contas	42
6. Carnê de Contribuição ou Devolução	43
PASSO 5 – Aprovação do Regimento Interno e Início das Ações de Captação e Apoio	44
PASSO 6 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento	45
PASSO 7 – Acompanhamento e Avaliação	47
PASSO 8 – A Importância de Escrever a Prática Vivenciada	48
FUNDOS SOLIDÁRIOS COMUNITÁRIOS CONSTITUÍDOS NA REGIÃO SUL	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

APRESENTAÇÃO

Um dos nós das organizações populares é a falta de recursos financeiros para a realização das lutas. Os fundos solidários são uma ferramenta de auto gestão que organiza a captação e o uso coletivo dos recursos, tanto financeiros quanto materiais. Há inúmeras experiências pelo Brasil, principalmente na região Nordeste. Na região Sul, a expansão dos fundos solidários, especialmente os rotativos e comunitários ampliou-se nos últimos anos. Na medida em que buscamos e lutamos por uma sociedade mais justa e fraterna, cabe a nós agir, de fato, dessa forma. As práticas e experiências de Economia Solidária tem demonstrado que há muita vontade e que há sim, um fazer diferente do que é nos imposto pelo modo capitalista, individualista e consumista de vivermos. É isso que esta Cartilha, que nos dá um Passo a Passo de como constituir um fundo solidário, busca fazer: mostrar que há práticas solidárias que estão mudando o mundo. O CAMP – Escola de Cidadania vem fortalecendo e ampliando a construção de Fundos Solidários na região Sul do Brasil desde 2011, através do Projeto Mapeamento e Expansão dos

Fundos Solidários da Região Sul do Brasil (Convênio 749630/2010), firmado entre Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária/CAMP. A partir de 2013, iniciamos o Projeto Fortalecimento e Expansão das Iniciativas de Fundos Solidários na Região Sul – Convênio 792864/2013, também em parceria com a SENAES/MTE. As ações deste projeto previam visitas de articulação e diagnóstico, assessorias, oficinas, intercâmbios e encontros estaduais e regional, que visavam a constituição de novos Fundos Comunitários na Região Sul do Brasil, bem como, o fortalecimento dos Fundos Solidários de Fomento existentes e mapeados pela ação do convênio anterior. Ao longo do seu desenvolvimento, foi sendo percebido que a constituição de novos fundos rotativos comunitários, em uma região onde não havia essa tradição (ao menos identificada), inspirava cuidado político e metodológico, tendo em vista a potencialidade política e econômica para empreendimentos, organizações e movimentos de Economia Solidária desta ferramenta. Sendo assim, respeitando toda a diversidade existente

nesta região do país, foi estimulada a construção de nove (09) novos fundos comunitários, nas modalidades rotativa e mista. Aqui é considerado fundo misto, aquele que, na sua forma de gestão atua com ações rotativas para as pessoas que fazem parte do fundo solidário e ações de fomento (também rotativas) para pessoas e grupos que não fazem parte do fundo solidário. Fruto deste trabalho, construído em parceria com empreendimentos, coletivos, associações, grupos, redes, cooperativas, Fóruns de Economia Solidária, entidades de apoio e fomento, povos tradicionais de matriz africana, Movimentos Sociais e Incubadoras, que o CAMP elabora esta cartilha. O caminho metodológico que está descrito neste material tem como pressuposto a Educação Popular. Está embasado em leituras realizadas pela equipe executiva do projeto e pelas práticas que vieram sendo desenvolvidas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A cartilha traz um “Passo a Passo” considerados necessários para a constituição de fundos solidários com gestão de recursos coletiva. O processo inicia pela decisão coletiva de constituir o fundo solidário; passa

pela compreensão dos conceitos de economia e fundos solidários; pela reflexão sobre a trajetória do grupo e sua identidade; pela definição de regras ou acordos e os instrumentos de gestão; para então, somente após esse conjunto de ações, aprovar o regimento interno e iniciar a captação de recursos e os empréstimos. É importante, também, a elaboração de um plano de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação daquilo que foi planejado, bem como, o registro da experiência do grupo. A publicação ainda traz falas das pessoas que vivenciaram as oficinas, fragmento de músicas, poemas, fotos, sugestões de filmes e vídeos, de modo a tentar aproximar de forma mais concreta possível as intensas e desafiadoras experiências que foram vivenciadas durante a execução do projeto. O CAMP espera que este material sirva de apoio político, pedagógico e prático para a constituição de muitos novos fundos solidários. Espera, ainda, que ele alcance diferentes locais, realidades e grupos, provocando para o desafio da vivência da gestão coletiva e democrática de recursos, organizada a partir das necessidades das pessoas, tanto no campo quanto na cidade.

INTRODUÇÃO

A história de organização, especialmente de camponeses/as e de moradores/as da periferia urbana, impedidos/as de usufruir de grande parte dos bens e serviços, é fortemente marcada por relações de solidariedade. Por exemplo, quem nunca precisou de uma xícara de arroz emprestada, quem nunca passou ou pegou uma receita ou, ainda, quem nunca participou de um mutirão e pegou semente crioula para devolver depois que colhesse? Segundo Gussi, Almeida e Filho, a prática da solidariedade é ancestral nas comunidades camponesas e se baseia numa dimensão comunitária de reciprocidade (2011, pág. 78).

No Brasil Colonial, o Quilombo dos Palmares, localizado na serra da Barriga, na antiga capitania de Pernambuco, hoje Alagoas, foi uma experiência importante de organização social e de gestão de recursos coletivos, assim como a República Guarani localizada na região dos Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul.



Wagner, Cerimônia de Adivinhação e Dança, Brasil, 1630



Imagem do filme "A Missão", 1986



Sinopse

Direção Rolland Joffé (1986). O filme trata dos conflitos que envolveram os jesuítas, as Coroas Ibéricas e o Papa, culminando na expulsão dos jesuítas do Brasil em meados do século XVIII. O palco é a região dos Sete Povos das Missões, disputada por espanhóis e portugueses, mas que com a assinatura do Tratado de Madrid (1750), foi finalmente reconhecida como possessão lusitana. O protagonista, um violento mercador de escravos, entra para a Ordem dos jesuítas como uma forma de se redimir dos seus pecados (ele matara seu irmão por um crime passionai). Assim, de um carrasco, ele se torna um defensor dos índios contra os colonos sedentos por lucros, e contra os interesses das Coroas Ibéricas que começaram a ver nos missionários um grande inconveniente.

No Brasil do final do século XIX e início do século XX, as associações de mútuo socorro criadas pelos operários anarquistas das então recentes indústrias nacionais, visavam levantar recursos e organizar esforços para assistência aos trabalhadores em caso de morte, doença e acidentes de trabalho. Essa prática também foi muito forte nas ligas camponesas na segunda metade do século XX, que tiveram importante papel nas lutas pela reforma agrária no Brasil.

Ainda podem ser citadas outras experiências igualmente importantes na história brasileira e que se constituem como referências no processo de construção de fundos solidários. Citam-se:

- Os muitos quilombos que foram organizados na luta por autonomia e libertação, onde se fazia a gestão coletiva e solidária dos recursos existentes;
- Em 1820 foi construído, existindo até hoje na Bahia, a Irmandade da Boa Morte (confraria religiosa da Boa Morte) que, organizada por mulheres negras e mestiças descendentes de escravos. Tinha como objetivo inicial a compra de alforria, a realização de festejos, obrigações religiosas, pagamento de missas, caridade, vestuário e a concessão de funerais.

A confraria sempre obrigou aos seus membros a colaborarem. Jóias de entrada, anuidades, esmolas coletadas e outras formas de renda sempre foram usadas para os mais diversos fins: compra de alforria, realização de festejos, obrigações religiosas, pagamento de missas, caridade, vestuário. No caso da Boa Morte, integrada por mulheres bastante simples e quase todas idosas - entre 50 e 70 anos - os recursos arrecadados em vida buscaram sempre, a concessão de um funeral decente, cujo preparo, face a dupla militância religiosa de suas adeptas, exige rigor e entendimento, além de um certo pecúlio fúnebre.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_da_Boa_Morte

- A junção de dinheiro entre escravos/as para a compra de suas liberdades;
- A junção de dinheiro por negros/as para a compra de terras;

“Na década de 1950, um grupo de camponeses que vivia no Engenho Galileia, localizado na Zona da Mata de Pernambuco, tinha dificuldade para pagar o foro, uma espécie de aluguel cobrado mensalmente pelo uso da terra. A pobreza era tanta que, na hora de transportar seus mortos até a sepultura, era preciso pegar caixão emprestado com a prefeitura, e a devolução tinha que

*ser feita após o sepultamento. Eles criaram, então, uma associação de ajuda mútua, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”.
<http://www.revistadehistoria.com.br/>*

- As ligas camponesas que possuíam uma associação que se chamava de boa morte, e que objetivava a captação de recursos para, coletivamente, poder enterrar os mortos durante a ditadura civil militar do Brasil;
- No ABC Paulista havia o fundo de greve que garantia a paralização das atividades metalúrgicas quando necessário para conquistar ou ampliar direitos.

Essas experiências solidárias têm marcado a vida da classe trabalhadora, dos empobrecidos do campo e da cidade. São práticas que garantem a aquisição de bens ou serviços àqueles que pertencem a um coletivo, e que hoje, experimentadas em muitas comunidades, grupos e coletivos, dão origem ao que denominamos de fundos solidários.

Os fundos solidários têm origem com as poupanças informais ou poupanças caseiras, construídas coletivamente por pessoas e grupos, devido ao não acesso aos Bancos Tradicionais. São práticas muito antigas.



Nas palavras de Paul Singer, os fundos solidários

“Agem unindo a base da Economia Solidária. As pessoas conseguem sair da pobreza através da colaboração mútua. O Brasil é inspirador frente às estratégias de Finanças Solidárias na América Latina. Temos o potencial da Inteligência Coletiva que fortalece as experiências, pois todos participam da sua sugestão, isso é o que faz a diferença. É a alma das pessoas que está na base desta outra forma de organização”. Paul Singer, 11/07/2015, Dia “D” Finanças Solidárias – Santa Maria-RS.

Os fundos solidários são formados por meio de arrecadações ou doações voluntárias de pessoas do grupo ou de fora dele, que constituem uma “poupança”, que é gerida coletivamente, e que, através de empréstimos, garantem a aquisição de bens ou serviços àqueles que pertencem ao coletivo. Os recursos podem ser diversos e dialogam com as necessidades e realidade de cada local, assim, o recurso de um fundo solidário pode ser dinheiro, sementes, animais, terra, serviços, equipamentos, etc.

Para que um grupo possa constituir um fundo, é preciso decidir de forma coletiva pela sua construção, definir pessoas que assumirão papéis em órgãos diretivos, pensar de onde virá o recurso, definir políticas e regras de funcionamento e instrumentos de controle. Depois disso, iniciam-se os empréstimos que, com a devolução dos recursos, darão origem a outros empréstimos, fazendo com que o recurso circule. Como em muitos casos o recurso provém dos próprios grupos, a rotatividade é uma condição para a existência do fundo, de modo que, se não houver devolução, o fundo esvazia e acaba. Neste caso, a devolução, além de uma necessidade de manutenção do fundo, também é um ato solidário, de compromisso com o grupo. Outra opção (orientação que a experiência tem mostrado) é a decisão de manter uma porcentagem do recurso (se este for dinheiro) em um fundo fixo. Na região sul, esta porcentagem varia entre 10 a 20% do valor que é arrecadado, sendo atualizado anualmente.

Resumindo: estamos falando de um fundo porque reúne recursos (sementes, animais, mão-de-obra, serviços, dinheiro, etc.), que pode ser rotativo de modo que os recursos girem e circulem entre todos/as os/as participantes, e que é solidário porque visa o bem de cada um/a e de todos/as. Nos fundos solidários comunitários as pessoas são ao mesmo tempo gestoras e beneficiárias o que fortalece as dimensões da reciprocidade e do empoderamento coletivo.

Essas experiências atuam como instrumentos de fomento à produção e cooperação, baseando-se na sabedoria e diversidade da cultura popular, fortalecendo a autonomia comunitária através de uma poupança que financia a liberdade das pessoas e quebra a lógica de “esperar que tudo venha pronto e de fora”. Para inspirar e também mostrar o que este tipo de experiência constrói na vida das pessoas e grupos, é cita-



da a fala de seu Vicente, da comunidade de Gameleira, município de Massaranduba / PB:

“O fundo rotativo é uma coisa interessante. A gente tem que contribuir porque senão ele não vai para frente. O mistério está na contribuição da comunidade. Com o dinheiro do fundo rotativo solidário nós compramos uma galinha, um bode, compramos até um cachorro se a gente quiser. É um dinheiro livre! A gente não é cativo, é sujeito. Não estamos sujeitos nem ao banco e nem a ninguém. Estamos suando e contribuindo. Estamos trocando, e nessa troca todo mundo que está nesse movimento está sendo beneficiado. É assim que eu brinco que um benefício pare (parir) o outro, e a gente até fica sem saber quem é a mãe”. Cordel do Fundo Solidário, p.14, 2011.

A história e a experiência dos fundos solidários vêm mostrando, na prática, que a organização e a gestão coletiva e democrática de recursos, vai formulando novas vivências e empoderando as pessoas e coletivos. No entanto, fazer esse exercício prático requer cuidado e compromisso. O que é do coletivo, nem sempre é tranquilo de ser cuidado e o conflito pode acontecer em todas as etapas do processo de experimentação desta dinâmica. Por isso, é importante pensar com carinho, dedicação e cuidado as regras do fundo solidário, para que um grupo/coletivo, que tem anos de trajetória, não seja desfeito por um procedimento pouco refletido.

Fundos Solidários são um processo onde cada um dá o que tem de melhor para o coletivo a fim de que ele se fortaleça, indo para além do financeiro. Ela termina com a exploração e as pessoas organizam coletivamente o trabalho e decidem juntas o caminho. Assim, os fundos solidários se constroem como um jeito novo de produzir, distribuir, consumir e se relacionar. Conceito construído durante oficina com os Povos Tradicionais de Matriz Africana, POA/RS – abril de 2016.

Neste caderno, apresentamos alguns procedimentos ou “passos” para aqueles/as que se desafiarem a constituir novos fundos solidários ou mesmo para aqueles/as que gostariam de refletir sobre suas práticas. Sugere-se que os passos sejam adaptados à realidade de cada local e distribuídos em oficinas de mais de um dia de trabalho e estudo, para que o processo não se torne cansativo e também para que o tempo de reflexão e construção das regras seja maior e mais amadurecido. Bom trabalho a todos e todas!

PASSO 1

Metodologia e Decisão Política

Nossa metodologia: a Educação Popular

“Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. Paulo Freire, in Educação na Cidade, 1991.

O “como vamos fazer” uma oficina que visa organizar um grupo para lutas e processos coletivos é uma dimensão importante do trabalho de base. O “como” é o que chamamos de Metodologia. O caminho metodológico deste Passo a Passo e em todas as ações que o CAMP desenvolve são embasados na pedagogia de Paulo Freire, conhecida como **Educação Popular**.

Atividades organizadas a partir da Educação Popular fazem com que o grupo se torne mais autônomo, na medida em que reflete sobre sua realidade para transformá-la. O estudo coletivo também faz com que as pessoas se aproximem, potencializando a afirmação do coletivo como sujeito, com reconhecimento de seus limites e potencialidades.

Assim, a Educação Popular é uma estratégia de mudança que começa na pessoa, alcança o coletivo, a comunidade e busca transformar a sociedade, devendo estar, portanto, conectada com as lutas sociais. Pressupõe o diálogo permanente. O educador ou coordenador de uma atividade tem o papel importante de fazer perguntas e ajudar o grupo a montar uma síntese daquilo que trazem para o debate. Todas as pessoas têm experiências importantes, que devem ser o ponto de partida das reflexões dos grupos com quem vamos trabalhar. Dessa forma, nos organizarmos em círculo para uma oficina é fundamental para esse diálogo. Também é importante pensar como trazer as experiências do grupo para o círculo. Acolhida e apresentação de cada participante são momentos importantes que estimulam que as pessoas se reconheçam como grupo. É possível estimular que, ao se apresentarem, as pessoas tragam algo das suas experiências. Outra ferramenta importante são os trabalhos em pequenos grupos, pois propiciam que todos falem e expressem o seu pensamento.

Para que o trabalho traga boas reflexões, é importante formular perguntas claras e que tratem de questões centrais sobre o tema que queremos trabalhar. Conforme o tema que está sendo tratado, os grupos podem trazer as suas reflexões através de cartazes, de cartelas, de músicas, teatro, desenho, colagens, etc. O educador tem um papel importante de contribuir na síntese das apresentações.

Uma dimensão muito significativa da Educação Popular é a Mística. A Mística trabalha com os símbolos que representam o coletivo e as lutas. É um jeito de celebrar as nossas esperanças e trazer para a roda os sonhos coletivos. Conecta aquele coletivo a um coletivo maior. Cantar também é importante. As músicas podem dar sentido para perspectivas que o grupo está construindo. Também ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento a um projeto que é maior que o próprio grupo. Oficinas práticas são o melhor jeito de aprender a fazer. Ao final dos encontros é importante fazer avaliação, ela ajuda o grupo a encerrar aquele momento de formação e os educadores a qualificarem melhor outras ações de formação. Também temos que nos preocupar com o registro das experiências, como memória da nossa própria história.

Decisão Política

O primeiro elemento que consideramos no processo de construção de um fundo solidário é a **decisão** de constituí-lo. Para tanto, é necessário reunir o coletivo e conversar sobre o assunto, apontando as potencialidades, limites e desafios desta prática. Para iniciar o debate sobre a constituição do fundo, sugerimos que o grupo faça uma **Roda de Conversa**, que pode começar com o documentário Cordel dos Fundos Solidários, que encontra-se no site dos Fundos Solidários da região Norte: <https://fundossolidarios.wordpress.com/video-cordel-do-fundo-solidario-gerando-riquezas-e-saberes/>.



- Durante esta Roda de Conversa, é importante que o coletivo responda às perguntas:
- o que nos motiva para construir um fundo solidário?
 - Que necessidades temos?
 - Que objetivos ele teria?

Ao término da atividade, é importante que se agende uma oficina, definindo horário e local com todo o coletivo para que todos e todas assumam o compromisso de estarem presentes no processo de criação do fundo solidário que se iniciará.

“Como minha primeira participação em um encontro de tal magnitude, posso dizer que foi uma experiência fantástica. Estou ansioso para os próximos. A forma como é conduzida, a atenção em saber se todos estão acompanhando, entendendo, a forma como o lado musical é inserido faz tudo mais divertido e desperto. Lindo, muito obrigado! Beijo no coração”. Fala durante oficina realizada em Blumenau/SC.



PASSO 2

Olhando para a Trajetória do Grupo

Após a decisão de viver a experiência de gestão coletiva de recursos é importante realizar uma oficina para estudar de modo a ter elementos que permitam e facilitem a tomada de decisões, na medida em que todas as pessoas têm informações semelhantes sobre o assunto. Atividades organizadas a partir da educação popular

fazem com o que o grupo se torne mais autônomo, na medida em que reflete sobre sua realidade para transformá-la. O estudo coletivo também faz com que as pessoas se aproximem, potencializando a afirmação do coletivo como sujeito, com reconhecimento de seus limites e potencialidades.

Oficina 1 - Economia Solidária e Fundos Solidários

Materiais necessários para a oficina:

Vídeo: *A história das coisas* (www.youtube.com/watch?v=Q3YqeDSfdk), ou *O Homem Capitalista* (www.youtube.com/watch?v=5XqfNmML_V4);

Data show (ou TV);

Vídeo *Você Sabe o que é um Fundo Rotativo Solidário?* (vimeo.com/79975516);

Quadro e giz;

Cartilha Fundos Solidários: passo a passo para a constituição de fundos comunitários.

Balões, músicas populares, pequenos pedaços de papel e canetas.

Primeiro momento

Assistir ao vídeo *A Origem das Coisas* (22 min) ou *O Homem Capitalista* (3 min e 37 seg), que tratam brevemente da organização do sistema capitalista e patriarcal, da produção de mercadorias e da sociedade de consumo. Definir um/a ou dois coordenadores da atividade. E um/a Relator/a que goste de escrever e fazer fotos. Este registro é importante para manter a memória do processo de construção do fundo solidário. Tempo previsto: no máximo 4hs.





Após assistir ao documentário, conversar sobre as impressões de cada um, se o que aparece no vídeo se relaciona com o que vivemos e quais são os desafios para superar a lógica de organização social que aparece no vídeo.

“SOMOS LIDERANÇAS DE UM TEMPO DAS COISAS. Tem coisas que fazíamos há um tempo atrás e que hoje não ‘vinga’ mais. O jogo de interesses nas comunidades é cada vez maior e como lidar com isso? As mulheres não vêm mais para as mesmas coisas. Temos hoje um outro perfil de camponesas. Às vezes temos a sensação de estarmos atrasadas. Como manter uma organização popular de mulheres, neste mundo de hoje com mudanças rápidas e tecnológicas?” Fala durante oficina com Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Passo Fundo/RS.

Segundo momento

Formar grupos e discutir as seguintes questões:

- O que eu entendo por economia solidária? Citar algumas práticas.
- Qual a diferença entre a economia solidária e a economia capitalista?
- Qual a diferença das finanças no sistema capitalista e na Economia Solidária?

Terceiro momento

*“Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer”.*
Geraldo Vandré.

Após o trabalho em grupo, socializar o debate em plenária. Quem está coordenando a atividade vai colocando as respostas dos grupos no quadro ou cartaz, dividido em três colunas: economia

capitalista, economia solidária e finanças solidárias.

Ao final das apresentações, reforçar algumas questões relativas à Economia Solidária:

- A importância da Economia Solidária como um sistema social, político, econômico, cultural, de produção e sustentação da vida, que foi construída na perspectiva de uma democracia popular, na contramão do modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal.

- A Economia Solidária se consolida como uma economia anticapitalista.

- Ela se constrói como uma forma diferente de organizar o trabalho, onde a produção vem responder às necessidades das pessoas e é para todas as pessoas. A pergunta que sempre se faz, neste sentido é: produzir o que, para quem e para quê?

- A Economia Solidária prima pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no trabalho, em casa, no grupo e no conjunto das relações sociais.

- Prima pelo respeito à diversidade de gênero, étnica, entre diferentes idades, geracional e busca garantir a defesa dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

- São princípios da Economia Solidária: auto-gestão, condições dignas de trabalho, sustentabilidade, cooperação, desenvolvimento local sustentável, eco-

nomia a serviço das pessoas, igualdade, solidariedade, democracia, nova cultura política e transparência.

- Os pilares da Economia Solidária são: formação, produção, comercialização, consumo e finanças solidárias.

- As Finanças Solidárias se constroem como esforço de setores sociais, a partir da década de 1990. Considera-se que o Movimento de Economia Solidária, por ter práticas diferenciadas, passou a demandar formas específicas para a organização, auto-gestão e acesso a recursos, dando origem às Finanças Solidárias.

- As finanças solidárias se constroem como uma forma de GESTÃO e ACESSO a diferentes recursos, que podem ser monetários ou não monetários (terra, sementes, animais).

- As experiências de Finanças Solidárias têm como referência e horizonte os princípios da Economia Solidária.

Assistir o vídeo Cidade Solidária: www.youtube.com/watch?v=EEK4tYpFBfk



Foto do documentário Cidade Solidária

“Receita do pão caseiro: primeiro é preciso que se tenha uma casa digna, abençoada, com varanda, flores e alma para se preparar o pão. Ponha o forno para ir esquentando até a altura do peito. Feito isso vai na casa da vizinha e do vizinho e troca com ela um dedo de prosa e ensina para ela essa receita que vou ensinar para você, minha cara ouvinte. Mas vamos a receita, que não precisa nem anotar no papel, pode gravar no coração. Primeiro, pega aquela gamela velha já quase esquecida, que nós quando meninos comíamos todo mundo em volta e, depois de limpa, despeja a água, o trigo e um punhadinho de sal para dar sabor e sentido ao seu trabalho. Ah! Não pode faltar é o fermento, sem ele, a massa não fica soltinha na boca como a boa palavra. Antes de começar a amassar, eu recomendo que se faça uma oração e aí vai pensando na alegria e na festa que vai ser. Essa receita eu aprendi com a vida e ela é para repartir”. Fala do vídeo Cidade Solidária.

Quarto momento

Sugere-se que o/a mediador/a do grupo pergunte: Porque é importante fazer a gestão de nosso próprio recurso? Que formas se têm hoje para isso?

“As Finanças Solidárias são experiências que servem para financiar os nossos interesses sem precisar de um órgão público ou privado não solidário. Tem a finalidade de suprir necessidades imediatas dos membros ou dos empreendimentos”. Conceito formulado em oficina com os povos Tradicionais de Matriz Africana – POA/RS – abril de 2016.

Deixar espaço para conversa entre o grupo, depois encaminhar para a leitura da introdução desta cartilha, que explica brevemente o que são fundos solidários.

Quinto momento

Fazer a dinâmica dos balões, seguindo as orientações abaixo:

- Solicitar que cada pessoa escreva num pedaço de papel o que entendeu sobre Finanças Solidárias e fundos solidários.
- Em seguida, ao som de uma música e solicita-se que as pessoas dançam com os balões.
- Quando a música parar, cada pessoa pega um balão e estoura (de preferência que não seja o seu).
- Em círculo, cada um/a lê para os/as demais o que está escrito no papel.

“Nesta oficina começamos a perceber a solidariedade sendo construída na prática”. Fala durante oficina de fundos solidários em Foz do Iguaçu.



Sexto momento

Assistir ao vídeo: *Você Sabe o que é um Fundo Rotativo Solidário?*



- Conversar sobre as impressões do documentário.

Fundos solidários: é a busca por produzir algo que ajuda a comunidade, como um trabalho coletivo, onde assim que uma pessoa que passa dificuldade, a outra ajuda voluntariamente e aos poucos isso vai se transformando em uma cooperativa. Conceito formulado em oficina por Povos Tradicionais de Matriz Africana – POA/RS – abril de 2016

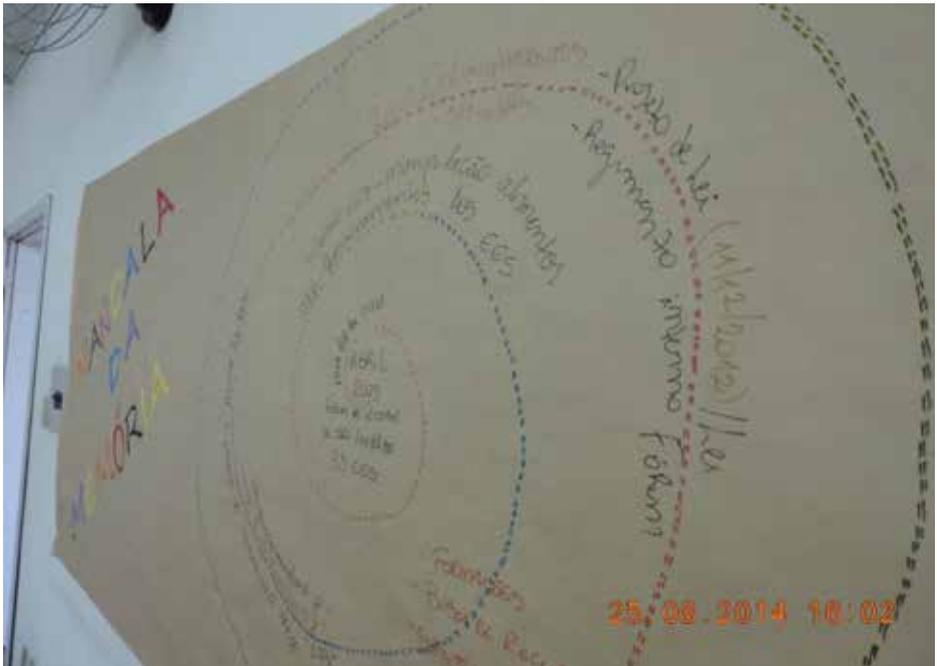


Oficina 2 - Trajetória e Identidade do Grupo

Materiais necessários para a oficina: Materiais necessários para a oficina: cartaz com o desenho de uma Mandala em espiral, cartaz para descrever a identidade do grupo, caixa pequena, questões descritas em pequenos pedaços de papel. Lembre-se de definir uma ou duas pessoas para coordenarem a atividade e alguém que goste de escrever e tirar fotos para registrar o momento. Tempo previsto: máximo 4hs.

Primeiro momento

Construir o histórico do grupo, a partir da dinâmica da Mandala¹ da Memória. Esta dinâmica consiste em um desenho colorido, em forma de mandala. No centro da Mandala, se escreve a data de quando o coletivo começou a trabalhar junto. Após, segue-se preenchendo o cartaz por períodos ou anos, identificando os destaques e as dificuldades de cada período. A mandala é encerrada no ano em que se está fazendo o exercício.



(Mandala da Memória produzida e preenchida em oficina com Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo/RS, que construiu o primeiro fundo rotativo solidário da região Sul, cujo nome é Fundo Rotativo Solidário Bom Viver).

1 Mandala, para muitas pessoas e coletivos é o símbolo do movimento da vida. Para outros/as a mandala é o símbolo da integração e da harmonia.

É importante considerar, para a escrita dos períodos na mandala, os seguintes aspectos: período sobre o qual as pessoas estão falando (ano, mês), desafios, momentos bons e ruins.

*“Não devemos chorar
pelo que nos foi tirado,
e sim aprender a amar
o que nos foi dado,
pois tudo aquilo que é
realmente nosso nunca se vai”.*
Bob Marley.

Antes, uma pequena história sobre memórias...

GUILHERME AUGUSTO ARAÚJO FERNANDES

*Escrito por Mem Fox
Ilustrado por Julie Vivas*

Era uma vez um menino chamado Guilherme Augusto Araújo Fernandes e ele nem era tão velho assim.

Sua casa era ao lado de um asilo de velhos e ele conhecia todo mundo que vivia lá. Ele gostava da Sra. Silvano que tocava piano.

Ele ouvia as histórias arrepiantes que lhe contava o Sr. Cervantes.

Ele brincava com o Sr. Valdemar que adorava remar.

Ajudava a Sra. Mandala que andava com uma bengala.

E admirava o Sr. Possante que tinha voz de gigante.

Mas a pessoa que ele mais gostava era a Sra. Antônia Maria Diniz Cordeiro, porque ela também tinha quatro nomes, como ele. Ele a chamava de Dona Antônia e contava-lhe todos os seus segredos.

Um dia, Guilherme Augusto escutou sua mãe e seu pai conversando sobre Dona Antônia.

- Coitada da velhinha - disse sua mãe.

- Por que ela é coitada? - perguntou Guilherme Augusto.

- Porque ela perdeu a memória - respondeu seu pai.

- Também, não é para menos - disse sua mãe. - Afinal, ela já tem noventa e seis anos.

- O que é memória? - perguntou Guilherme Augusto.

Ele vivia fazendo perguntas.

- É algo de que você se lembre - respondeu o pai.

Mas Guilherme Augusto queria saber mais; então, ele procurou a Sra. Silvano que tocava piano.

- O que é memória? - perguntou.

- Algo quente, meu filho, algo quente.

Ele procurou o Sr. Cervantes que lhe contava histórias arrepiantes.

- O que é memória? - perguntou.

- Algo bem antigo, meu caro, algo bem antigo.

Ele procurou o Sr. Valdemar que adorava remar.

- O que é memória? - perguntou.

- Algo que o faz chorar, meu menino, algo que o faz chorar.

Ele procurou a Sra. Mandala que andava com uma bengala.

- O que é memória? - perguntou.

- Algo que o faz rir, meu querido, algo que o faz rir.

Ele procurou o Sr. Possante que tinha voz de gigante.

- O que é memória? - perguntou.

- Algo que vale ouro, meu jovem, algo que vale ouro.

Então Guilherme Augusto voltou para casa, para procurar memórias para Dona Antônia, já que ela havia perdido as suas.

Ele procurou uma antiga caixa de sapatos cheia de conchas, guardadas há muito tempo, e colocou-as com cuidado numa cesta.

Ele achou a marionete, que sempre fizera todo mundo rir, e colocou-a na cesta também.

Ele lembrou-se, com tristeza, da medalha que seu avô lhe tinha dado e colocou-a delicadamente ao lado das conchas.

Depois achou sua bola de futebol, que para ele valia ouro; por fim, entrou no galinheiro e pegou um ovo fresquinho, ainda quente, debaixo da galinha.

Aí, Guilherme Augusto foi visitar Dona Antônia e deu a ela, uma por uma, cada coisa de sua cesta.

“Que criança adorável que me traz essas coisas maravilhosas”, pensou Dona Antônia.

E então ela começou a se lembrar.

Ela segurou o ovo ainda quente e contou a Guilherme Augusto sobre um ovinho azul, todo pintado, que havia encontrado uma vez, dentro de um ninho, no jardim da casa de sua tia.

Ela encostou uma das conchas em seu

ouvido e lembrou da vez que tinha ido à praia de bonde, há muito tempo, e como sentira calor com suas botas de amarrar.

Ela pegou a medalha e lembrou, com tristeza, de seu irmão mais velho, que havia ido para guerra e que nunca voltou.

Ela sorriu para a marionete e lembrou da vez em que mostrara uma para sua irmãzinha, que rira às gargalhadas, com a boca cheia de mingau.

Ela jogou a bola de futebol para Guilherme Augusto e lembrou do dia em que se conheceram e de todos os segredos que haviam compartilhado.

E os dois sorriram e sorriram, pois toda a memória perdida de Dona Antônia tinha sido encontrada, por um menino que nem era tão velho assim.

Fonte: FOX, Mem. Guilherme Augusto Araújo Fernandes. São Paulo: Brinque-Book, 1984.

Algumas questões que devem ser abordadas e escritas no cartaz, durante a conversa sobre a história do grupo:

- Nome do coletivo (grupo, empreendimento), porque se identificam assim?
- Localização.
- Como e quando iniciaram as atividades coletivas? Relatar um pouco da história.
- Porque iniciaram? Quais as motivações e necessidades?
- Quem faz parte deste coletivo? Sempre foram os mesmos empreendimentos ou pessoas? Teve algum/alguém que já saiu?
- O que os grupos/pessoas que fazem

parte do coletivo produzem?

- Há reuniões? Qual a periodicidade? Há quanto tempo possuem esta organização?
- Que atividades já realizaram conjuntamente?
- O que pode ser considerada como a maior dificuldade de cada período?
- O que estava sendo indicado com sinal de alerta?

“Encontro muito rico. As pessoas que trabalham com sementes crioulas enriqueceram o encontro, pois se olhou para além das experiências dos Fundos Diocesanos”. Fala em oficina de fundos solidários, Curitiba/PR.



Segundo momento

Após responder às questões acima, colocar outras perguntas em uma caixa pequena. Pedir que cada um retire uma pergunta da caixa e escreva a resposta no entorno do cartaz da história do grupo.

As questões sugeridas são as seguintes:

- Há grupos, pessoas, empreendimentos de Economia Solidária neste local? Se sim, quais as principais características?
- Qual é o território de atuação dos empreendimentos/grupos/pessoas que compõem este coletivo?
- Já houve desentendimento por algum motivo? Quando? Por quê?
- Já tiveram alguma perda no caminho (pessoas, empreendimentos, grupos...)? Como reagiram? Desestruturou o grupo?
- Qual a relação da experiência que vem sendo realizada por este grupo com a Economia Solidária?
- Existem fontes de entrada de recursos para o grupo? Quais são? Como são geridos?
- Quando entrou o primeiro dinheiro para este coletivo? Como foi administrado? No que foi gasto?
- Porque constituir um fundo solidário?
- Esta intenção da construção de um fundo solidário, vem sendo construída há quanto tempo?
- Como surge a intenção de constituição desta modalidade de fundo?
- Quais as pretensões do grupo com a constituição do fundo solidário?



“O que me chama atenção foi o desenlace entre as cooperadas, para além da ação do fundo solidário. Retomamos a Cooperamme. Estamos vivendo um momento de transformação e isso é muito bom”. Oficina para construção do Fundo Solidário AMME/Cooperamme em Balneário Camboriú/SC,

Terceiro momento

Ao final da dinâmica, provocar que as pessoas digam, a partir das informações contidas na mandala, o que seria a identidade atual do grupo. Neste novo cartaz, escrever ao lado o nome do grupo, no espaço acima o objetivo do coletivo e no espaço abaixo a organicidade.



Este momento de diagnóstico permite olhar para além do cotidiano de trabalho

e vivência do coletivo. É preciso atentar para alguns aspectos, de forma que se reflita sobre a trajetória do grupo e a possibilidade de constituir um fundo solidário comunitário.

O diagnóstico é um momento importante para se ter o termômetro se o coletivo está preparado para viver esta experiência de gestão coletiva de recursos. Para isso, se propõe que uma parte das pessoas, que pode ser a coordenação do grupo, e que esteja presente nesta segunda oficina, possa atentar para as seguintes questões, respondendo-as em momento posterior à oficina:

- Quantas pessoas estão interessadas em participar da experiência?
 - Estas pessoas, que estão interessadas, têm informações sobre o que é e como funciona um fundo solidário comunitário?
 - Este coletivo tem alguma experiência de trabalho e/ou gestão coletiva de recursos (caixinha, poupança)? Há quanto tempo esta prática vem sendo experimentada?
 - Quais os principais limites deste coletivo?
 - Quais as necessidades que motivam a constituição de um fundo solidário comunitário e que foram apontadas pelo coletivo?
 - Quais os objetivos comuns que mobilizam as pessoas em torno do fundo?
- Depois de responder essas questões, de

construir o diagnóstico e de decidir coletivamente sobre a construção do fundo solidário comunitário, passamos para a elaboração das regras de seu funcionamento. Salientamos que é fundamental a elaboração das regras antes iniciar o processo de captação de recursos ou de início das ações de empréstimo, de modo a evitar dificuldades nas relações internas do coletivo.

“A construção do Fundo Solidário AMME foi uma experiência surpreendentemente feliz, tanto pelo método utilizado como pela perspectiva de futuro, entre elas a de estar participando de uma Rede Nacional de Fundos Solidários, um exemplo a ser seguido pelo mundo afora! Foi um grande aprendizado de trabalho em grupo para a construção de um mundo melhor!” Fala durante oficina de construção do Fundo Solidário AMME/Cooperamme em Balneário Camboriú/SC.

PASSO 3

Construção das Regras

Neste item, daremos sugestões de questões básicas que devem ser decididas pelo grupo para o bom funcionamento de um fundo solidário. As regras são diferentes para cada grupo, conforme a vivência e as necessidades do coletivo, que pode pontuar demandas que não estão incluídas aqui. Após a dinâmica da oficina, apresentamos um modelo de regimento interno, que pode contribuir na elaboração do grupo.

Oficina 3 - Definição do Regimento Interno

Nesta atividade é fundamental que se tenha um/a mediador/a e um/a relator/a com um caderno para o registro das regras que forem sendo construídas.

Materiais necessários para a oficina: caderno, caixa pequena e perguntas escritas em pequenos pedaços de papel. E não se esqueça de definir a coordenação/mediação da atividade e a relatoria. Tempo previsto: máximo 4hs.

Primeiro momento

Dividir o coletivo em grupos. Cada grupo responde uma das perguntas abaixo:

Grupo 1: Qual a finalidade (para que) do nosso fundo solidário?

Grupo 2: Quem serão os/as beneficiários/as do nosso fundo solidário?

Grupo 3: Que ações serão apoiadas pelo fundo solidário?

Depois de 20 minutos de conversa, cada grupo deverá relatar o que discutiu para os/as demais. Em plenária, o coletivo vai discutir a resposta de cada um dos grupos, concordando, acrescentando, alterando ou subtraindo informações, de tal

forma que haja uma resposta coletiva que será assumida pelo coletivo como regra. O relator deverá registrar no caderno a versão final daquela regra, de tal forma que ao final do processo, o coletivo terá o registro no caderno de todas as regras que foram sendo construídas. Sugere-se ainda, que se pense após essa formulação, a abrangência e o prazo de duração do fundo. Esse momento envolve a primeira parte do regimento interno, que diz respeito à denominação, constituição e objetivos do fundo solidário. Como exemplo, apresentamos a seguir o Capítulo 1 do Regimento Interno do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor.

FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO BEIJA FLOR
ASSOCIAÇÃO FLOR DO BAIRRO PROGRESSO – VIAMÃO/RS
REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, OBJETIVOS, ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1 - Com a denominação de Fundo Rotativo Solidário Beija Flor fica constituída uma dinâmica organizativa da Associação Flor, do Bairro Progresso, município de Viamão (RS), que reger-se-á pelo presente Regimento Interno e pelas Leis Cíveis aplicáveis.

1.2 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor foi constituído em uma assembleia com a participação de representantes das famílias interessadas, convocadas especificamente para esse fim e que assinaram a ata de constituição.

1.3 - As (os) representantes das famílias que participaram da assembleia de constituição e assinaram a ata são denominadas (os) sócias (os) fundadoras (es).

1.4 - O Fundo Rotativo Solidário Beija

Flor tem como objetivo potencializar o fortalecimento das ações produtivas e organizativas das famílias integrantes da Associação Flor, através do resgate de práticas coletivas de administração de recursos financeiros e não financeiros que contribuam para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das famílias participantes, numa dinâmica participativa e transparente.

1.5 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor tem como área de abrangência o Bairro Progresso, podendo, de acordo com a livre decisão da maioria das famílias participantes, atender outros Bairros de Viamão/RS.

1.6 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor tem prazo de duração indeterminado.



AULA DE VOO

Mauro Jasi

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com
cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das
manhãs.
Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de
muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imagina
saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.
Mas o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas
lagartas.
O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
É de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.

Segundo momento

Colocar as perguntas que estão des-
critas abaixo em uma pequena caixa.
Solicitar que as pessoas circulem a
caixa ao som de uma música.

Anunciação

(Fragmento da música
de Alceu Valença)

Na bruma leve das paixões
Que vêm de dentro
Tu vens chegando
Pra brincar no meu quintal
No teu cavalo
Peito nu, cabelo ao vento
É o sol quarando
Nossas roupas no varal
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais

Quando a música parar, a caixa tam-
bém deve parar. Solicitar que a pes-
soa que ficou com a caixa tire uma
pergunta e leia para as demais. O
grupo deve responder à questão,
construindo uma resposta coletiva
para cada pergunta. Ao final, quando
já tiver consensuada a regra, a pessoa
que está com o caderno de registro,
deverá escrevê-la. Repetir esta dinâ-
mica para cada pergunta. Abaixo, as
perguntas estão organizadas em blo-
cos. O coletivo pode decidir se colo-
ca as questões na caixa por blocos

(um eixo de cada vez) e ir aprofundando a discussão em torno de cada eixo específico, ou se coloca todas as questões na caixa e faz o debate das questões de forma aleatória.

Do Funcionamento do Fundo Solidário

- Quais os critérios de seleção para o acesso ao fundo solidário?
- Quais as regras para o empréstimo?
- Como será realizado o controle das contribuições e dos empréstimos?
- Como o recurso será “guardado” (conta

de banco, na casa de alguém, na sede da associação...)?

- Como será a participação dos/as sócios/as?
- Quais as regras para a entrada dos/as sócios/as?
- Quais as regras para a exclusão dos/as sócios/as?
- Como serão distribuídas as tarefas no Fundo Rotativo Solidário? Terá uma comissão gestora?

Essa etapa corresponde ao Capítulo II do Regimento Interno. Abaixo, um exemplo de escrita:

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

2.1 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor é administrado por uma comissão gestora, composta por um/a coordenador/a, um/a secretário/a e um/a tesoureiro/a, eleitos/as em assembleia geral, em votação aberta (por aclamação), para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos/as por igual período.

2.2 - Para o bom andamento do processo de gestão/administração do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor são realizadas reuniões ordinárias, todos os meses, quando é feita a prestação de contas dos recursos financeiros e não financeiros, bem como, são debatidas e definidas as prioridades de aplicação dos recursos, a partir das demandas apresentadas e das orientações aprovadas em assembleia geral.

2.3 – Havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos de urgência.

2.4 – A conta bancária do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor é movimentada pela assinatura do/a coordenador/a e do/a tesoureiro/a, ou havendo impossibilidade destes/as, pela assinatura de outros/as associados/as do Fundo Rotativo Solidário expressamente autorizados/as através de procuração.

2.5 - O registro contábil dos recursos que entram no Fundo Rotativo Solidário Beija Flor deve ser feito de forma separada do caixa da Associação Flor.

2.6 - As reuniões do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor são realizadas nos mesmos dias da reunião da Associação Flor.

Da receita que constitui o Fundo Solidário

- Que tipo de recurso será mobilizado em nosso fundo solidário? Dinheiro, serviços, trabalho, produtos?
- De onde virão os recursos (listar as fontes)?
- Os empréstimos terão juros ou multa por atraso?
- O que faremos em caso de inadimplência?

- Terá um fundo fixo, por exemplo, de R\$ 1.000,00 deixaremos R\$ 200,00 que não serão mexidos?

- Quais as regras para aprovação ou não das solicitações? Em quanto tempo se dará retorno para o grupo, da solicitação feita?

- Como será a prestação de contas dos grupos apoiados?

Esse momento constitui o Capítulo III do regimento interno, conforme sugestão:

CAPÍTULO III

DA RECEITA QUE CONSTITUI O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, INADIMPLÊNCIA, JUROS E MULTA POR ATRASO

3.1 - A receita do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor é constituído pela devolução do dinheiro de benefícios gerados pelos projetos apoiados no Bairro Progresso, assim como por contribuições espontâneas e contínuas das famílias camponesas.

3.2 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor terá uma reserva fixa de 25% do valor total que está no Fundo. Terá que ter, no mínimo R\$ 1.500,00 de reserva fixa. Nessa regra, prevalece o valor que for maior.

3.3 - Em caso de inadimplência, citar o nome do EES e/ou pessoa no momento de prestação de contas, na reunião mensal da Associação Flor.

Parágrafo Único: Por inadimplência se entende o atraso, não justificado e renegociado, a partir de 30 dias do não pagamento da parcela.

3.4- Em caso de não pagamento por má fé, a pessoa ou EES, ficará impossibilitada de acessar o Fundo Rotativo Solidário Beija Flor por dois anos.

3.5 - Para todos os empréstimos, será cobrado 0,5% de juros ao mês.

Parágrafo Único: Cabe à Comissão Gestora, junto da Associação Flor, reajustar o valor referente aos juros quando houver necessidade.

3.6- Será cobrada multa no valor de R\$ 0,50 centavos por dia de atraso no pagamento do empréstimo.

3.7- Para acessar os empréstimos destinados à produção individual ou coletiva, serão observados os seguintes critérios na aprovação das solicitações.

a) Terá prioridade empréstimos coletivos.

b) Um segundo critério que será considerado, é o tempo de participação na

Associação Flor.

c) Terá prioridade grupos e/ou pessoas que estejam acessando pela primeira vez o Fundo Rotativo Solidário Beija Flor.

d) Será considerado o histórico de acesso ao Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, com relação ao cumprimento de prazos e regras estabelecidas.

e) Número de pessoas diretamente beneficiadas.

f) Por último, será considerado o tempo necessário para fazer a devolução.

3.8 - Ao efetuar empréstimos pessoais e coletivos com a finalidade de produção, o EES ou a pessoa solicitante deverá apresentar a cópia da nota fiscal, com a descrição dos itens da compra e o seu respectivo valor.

3.9 - A prestação de contas deve ser feita quando do pagamento da primeira parcela do empréstimo solicitado.

3.10 - Como sugestão, anexar na prestação de contas, fotos da produção feita a partir do acesso ao recurso do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor.

Da Competência da Comissão Gestora e Seus Respectivos Integrantes

- Quais as funções e responsabilidades da comissão gestora (tesoureiro/a, secretário/a, coordenador/a)?

- Qual a periodicidade das reuniões?

- Quais serão os critérios de Seleção da Comissão Gestora?

- De quanto tempo será o mandato?

Esse conjunto de regras corresponde ao Capítulo IV do regimento interno.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO GESTORA DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO E SEUS RESPECTIVOS INTEGRANTES

4.1 - Cabe à comissão gestora do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor receber e fazer a gestão dos recursos financeiros e não financeiros, fazendo isso de forma transparente e participativa, assim como planejar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos a serem submetidos e aprovados pela assembleia geral do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor.

4.2 - Nos casos em que haja famílias

desmotivadas a continuar contribuindo com a experiência do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, cabe à comissão gestora organizar visitas para motivar as mesmas a retomarem a participação na experiência.

4.3 - À coordenadora ou coordenador compete:

a) Convocar e coordenar as reuniões e assembleia do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor;

b) Assinar com o/a tesoureiro/a a movimentação contábil e bancária;

c) Conjuntamente com os/as demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos a serem submetidos e aprovados pela Assembleia geral;

d) Zelar pelo cumprimento do presente Regimento Interno.

4.4 - A secretária ou secretário compete:

a) Secretariar as reuniões e assembleias lavrando as respectivas atas;

b) Elaborar com os/as demais integrantes da comissão gestora a pauta das reuniões e assembleias;

c) Assinar, quando necessário, as correspondências e convites conjuntamente com o/a coordenador/a;

d) Organizar o arquivo do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, mantendo em boa guarda todos os documentos;

e) Sistematizar o funcionamento do

Fundo Rotativo Solidário Beija Flor para dar visibilidade aos resultados alcançados pelo mesmo a cada ano;

f) Conjuntamente com os/as demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos.

4.5 - A tesoureira ou tesoureiro compete:

a) Receber e escriturar os recursos financeiros e não financeiros ingressados no Fundo Rotativo Solidário Beija Flor;

b) Organizar demonstrativos de prestação de contas mensais e anuais que possam dar transparência ao uso dos recursos;

c) Assinar com o/a coordenador/a a movimentação contábil e bancária;

d) Propor iniciativas que possam promover a sustentabilidade da experiência do Fundo Rotativo Solidário;

e) Conjuntamente com os/as demais integrantes da comissão gestora, elaborar propostas e diretrizes orientadoras para o bom uso dos recursos.

Terceiro Momento

Após a construção do conjunto de regras e acordos, sugerimos que o coletivo decida sobre a natureza jurídica do Fundo: se vai ser uma experiência informal, se vai se vincular ao CNPJ da instituição (no caso dela já ser formal) ou se vai constituir uma personalidade jurídica. No exemplo de regimento que estamos apresentando, este item corresponde ao Capítulo V:

CAPÍTULO V

DA NATUREZA JURÍDICA

5.1 - O Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, pela livre e expressa vontade de seus/as associados/as, é integrante da estrutura administrativa da Associação Flor.

Considera-se que até 2016 não há legislação específica para fundos solidários no Brasil, portanto, toda experiência desta natureza é considerada informal. Optar por ter personalidade jurídica ou não, remete à responsabilidade sobre a conta bancária onde o recurso será guardado, ou seja, se o coletivo for informal a conta ficará em nome de pessoas do grupo e se for formal (associação, cooperativa, etc.) a conta estará vinculada ao CNPJ desse coletivo.

- Se optarem por não se formalizar, a conta bancária será aberta (ou permanecerá) no nome de (no máximo) duas pessoas. Esta conta tem a característica individual, tão logo, se houver má fé e a pessoa que estiver movimentando a conta fizer uma retirada não autorizada, não poderá ser acionada juridicamente e nem punida.

- Se optarem por se formalizar e criar uma personalidade jurídica (criar um CNPJ) a conta será aberta em nome da personalidade jurídica e, normalmente, duas pessoas da diretoria assinam para a retirada de recursos. A conta é jurídica e, se houver retirada indevida, a pessoa

que o fez (mesmo sendo da diretoria da associação) terá de devolver o recurso ou poderá ser acionada criminalmente.

- Se o grupo optar por formalizar o fundo, sugerimos que seja em forma de uma Associação, pois a administração dela é mais simples do que a de uma cooperativa, por exemplo.

Os passos para a formalização de uma Associação são:

a) Ir a um cartório de registro de títulos e documentos especiais e pedir qual a documentação necessária e exigida para a formalização de uma Associação.

b) Fazer o estatuto da associação e pensar no seu nome.

c) Convocar a assembleia² para deliberar a criação da personalidade jurídica e fazer a aprovação do estatuto.

d) Fazer o registro em cartório.

e) Administrar a associação.

Para finalizar a construção do regimento interno é importante definir algumas disposições gerais e finais. No regimento interno que estamos usando como exemplo, corresponde ao Capítulo VI:

2 Uma assembleia é constituída por todos/as os/as associados/as da Associação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 - Os casos omissos neste Regimento Interno são resolvidos por votação nas reuniões ou assembleias, cujo quórum para validade de deliberação será o da maioria simples dos seus integrantes. Devem, após aprovação, ser registrados em ata.

6.2 - As votações nas reuniões e assembleias do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor são abertas, por aclamação.

6.3 - A tolerância para o início das reuniões e assembleias do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor será de trinta (30) minutos após a hora marcada na convocação.

6.4 - O presente Regimento Interno só poderá ser modificado, em parte ou no todo, pela Assembleia Geral do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, convocada especialmente para este fim.

6.5 - São excluídos/as do Fundo Ro-

tativo Solidário Beija Flor, as pessoas que:

a) Com base em fundamentação comprobatória, não utilizarem o recurso do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor para a finalidade solicitada.

b) Utilizarem o recurso do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor de forma fraudulenta.

c) Se o/a associado/a sair da Associação Flor, automaticamente fica excluído/a do acesso ao Fundo Rotativo Solidário Beija Flor.

6.6 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia.

Aprovado pela Assembleia Geral do Fundo Rotativo Solidário Beija Flor, realizada no dia 20 de novembro de 2015.

...



PASSO 4

Definição dos Instrumentos de Controle

Todas as regras construídas acima são importantes, mas elas não terão funcionalidade se não tiverem instrumentos de controle adequados à realidade do fundo solidário. Assim, sugere-se que o coletivo pense nos instrumentos de controle adequados à finalidade do fundo. A seguir serão descritas algumas sugestões, baseadas nas experiências já existentes. No entanto, o grupo tem autonomia e deve sentir-se livre para pensar e repensar o jeito de instrumentalizar seu processo.

1. ATA: O QUE É E PARA QUE SERVE

A Ata é um documento em que se registram resumidamente e com clareza as ocorrências, deliberações, resoluções e decisões de reuniões ou assembleias. Orientamos que o fundo solidário tenha sua ata específica, que registra toda a movimentação e deliberações.

O registro pode ser feito em:

- Um caderno grande (capa preta);
- Pode ser digitada, impressa e arquivada em pastas;
- Pode apenas ser digitada e arquivada no próprio computador.

A Ata deve ser redigida de tal maneira que não seja possível qualquer modificação posterior. Para isso, deve:

- Ser escrita com margens dos dois lados (livro de ata) e, em caso de atas digitadas, devem ser salvas em editor de texto que não permita alteração, como o PDF, por exemplo;
- As páginas devem ser numeradas;
- Na ata não pode haver parágrafos ou alíneas (sem linha nova). O texto deve ocupar todo o espaço da página;
- Não pode haver abreviaturas de palavras ou expressões;
- Os números devem ser escritos por extenso;
- Usar “primeiro” (ordinal) para indicar o 1º dia de cada mês;
- Não pode haver rasuras nem emendas;
- Não pode haver uso de corretivo;

- Se o/a relator/a cometer um erro, deve empregar a expressão “digo”, como neste exemplo: “Aos quatro dias do mês de outubro, digo, de novembro, de dois mil e quatorze...”
- Quando se constatar erro ou omissão depois de lavrada a ata, usa-se a expressão “em tempo”, como neste exemplo: “Em tempo: onde se lê outubro, leia-se novembro”.

A Ata é composta pelas seguintes partes:

Parte 1: Data, horário, local nome do/presidente da reunião, de quem secretariou e objetivos.

Exemplo:

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, com início às treze horas no Auditório da Biblioteca da Fundação Universidade Regional de Blumenau, situada na Rua Antônio da Veiga, número cento e quarenta, no bairro Victor Konder, Blumenau no Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Gestora do Fundo Rotativo Solidário, da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí, sob coordenação de Laíde David Vitorino e secretariada por Ieda Cipriani André, para analisar a solicitação de empréstimo, no valor de seiscentos reais, da Associação Natureza é Vida, destinada para a compra de Peagâmetro.

Obs: em relação às pessoas presentes, se for um grupo pequeno, citá-las nominalmente, caso contrário citar o número de presentes e anexar a lista de presença.

Parte 2: Relato da reunião propriamente dita.

Esta é a parte principal do documento. Nela devem estar descritas resumidamente e com clareza todas as ocorrências, deliberações, resoluções e decisões da reunião ou assembleia.

Após feita a análise da solicitação pela Comissão Gestora, estando todos os requisitos atendidos, ficou autorizado o empréstimo. Não havendo mais solicitação de empréstimos, passou-se a tratar da inadimplência de Eli-siane de Fátima Jahn, que não pagou a segunda parcela do empréstimo pessoal, vencido em quinze de março de dois mil e quinze. A comissão gestora efetuou a renegociação da dívida da segunda parcela e subsequentes, estabelecendo os seguintes vencimentos: quinze de maio, quinze de junho e quinze de julho do corrente ano.

Parte 3: Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada por mim, Ieda Cipriani André, e assinada pela coordenadora Laide David Vitorino e pelas tesoureiras Ana Maria de Borba e Ana Lúcia Schramm Silva.

1. Ieda Cipriani André _____
2. Laide David Vitorino _____
3. Ana Maria de Borba _____
4. Ana Lúcia Schramm Silva _____

Obs: há entidades, empresas ou repartições em que todos assinam a ata após sua leitura em reunião posterior; outras, anexam lista de presença e apenas o/a secretário/a e presidente assinam ao final da reunião. Esta decisão depende muito de cada grupo.



2. FICHA DE CADASTRO

A experiência de trabalho do CAMP indica que, mesmo que as pessoas do grupo já se conheçam, é importante que se faça uma ficha de cadastro das pessoas do grupo. A justificativa para esta ação é que fica o registro da história e das pessoas que por ali passaram e, também, porque as pessoas que compõem o grupo hoje podem não ser as mesmas no dia de amanhã e a história, bem como o controle, se percam. Abaixo, apresentamos um modelo deste instrumento, que deve ser readaptado, segundo cada realidade.

FICHA DE INGRESSO AO FUNDO SOLIDÁRIO (colocar o nome do Fundo) nº, _____

Nome: _____ **Gênero:** _____

Data Nascimento: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **CEP:** _____ **UF:** _____

Município: _____ **Fone:** _____

E-mail: _____

RG: _____ **CPF:** _____

Data de ingresso no Fundo Solidário: _____

Nome do Empreendimento: _____

Há quanto tempo integra o coletivo: _____

Contribuição inicial para o FRS: _____

Banco/Agência/Conta: _____

Declaro conhecer e aceitar as determinações contidas no Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral desse Coletivo.

(local), (dia) de (mês) de (ano)

Comissão Gestora do Fundo

Associado(a)

Conforme se observa, na primeira parte do instrumento, estão contemplados dados que devem ser coletados apenas uma vez e atualizados eventualmente. A segunda parte se refere ao histórico do/a associado/a e deve ser atualizada sempre que necessário. Já a terceira parte se refere à adesão do/a associado/a ao fundo solidário.

3. TERMO DE ADESÃO

No intuito de garantir instrumentos adequados para o controle de gestão da proposta de “poupança” coletiva, é interessante ter um documento em que a pessoa/grupo que esteja aderindo ao fundo solidário assine. É através deste instrumento que as pessoas se comprometem formalmente com o processo e aderem livremente a ele. Sugerimos que esse instrumento contenha as seguintes informações: nome da pessoa descrito por extenso e com letra legível; nome do fundo solidário e localização; objetivo do fundo solidário; compromisso da pessoa com o fundo; assinatura de um membro da comissão gestora; assinatura da pessoa; data e local.

Abaixo sugerimos um modelo:

Eu, _____, no cumprimento de minhas responsabilidades, assumo de inteira e livre vontade participar do Fundo (descrever o nome do Fundo), localizado em (descrever o local), colaborando com a contribuição estabelecida pelas assembleias de associados/as para a criação de uma poupança coletiva de acordo com a decisão dos integrantes do (descrever quem é o coletivo que está coordenando esta experiência). O objetivo dessa poupança é (colocar o objetivo).

Declaro conhecer e aceitar as determinações contidas no Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral desse Coletivo.

(local), (dia) de (mês) de (ano).

Comissão Gestora do Fundo

Associado(a)

4. TERMO DE COMPROMISSO OU CONTRATO

Este item se refere a um instrumento que pode ser adotado quando do acesso das pessoas ao fundo solidário. Mais do que contrato, consideramos que é um termo de compromisso. O modelo ou formato de contrato é livre.

Como orientação sugere-se que, a cada benefício adquirido, o/a associado/a receba um Termo de Compromisso, que deverá preencher e assinar em duas vias: uma que fica para a Comissão Gestora do Fundo Solidário e outra que fica com a pessoa. O termo de compromisso deve conter ao menos as seguintes informações:

- Nome completo
- CPF
- Valor total do empréstimo
- Finalidade do empréstimo (para quê?)
- Tempo de carência
- Número de parcelas
- Valor de cada parcela
- Valor da multa pelo atraso (se houver)
- Valor do acréscimo/juros (se houver)
- Data em que o empréstimo foi realizado
- Descrição do pagamento
- Assinatura (da pessoa/grupo)



5. CONTROLE DE CAIXA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para que o processo de gestão do fundo solidário se efetive de forma transparente e dentro dos princípios da Economia Solidária, é de fundamental importância que haja um controle de caixa e a prestação de contas para todo o grupo envolvido no processo. Abaixo elencamos algumas sugestões para o procedimento de controle de caixa, através do exemplo de planilha, de contabilidade mensal, onde se descrevem todas as entradas e saídas que aconteceram nos dias referentes àquele mês.

Mês:				
Data	Discriminação	Entrada	Saída	Saldo
Total				

Para realizar a contabilidade anual, é preciso pegar o resultado total de cada mês, descrever na planilha e calcular, como no exemplo abaixo:

Mês	Saldo	Entrada	Saída	Total
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Mai				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
TOTAL DO ANO				

Atividades do Fundo Solidário no ano de ...

Saldo do ano

Entrada

Saída

TOTAL

6. CARNÊ DE CONTRIBUIÇÃO OU DEVOUÇÃO

Este instrumento de controle diz respeito ao registro das devoluções ou das contribuições das pessoas/grupos para o fundo solidário. Abaixo, um modelo de carnê de contribuição, que pode ser alterado conforme a necessidade de cada grupo.

CARNÊ DE CONTRIBUIÇÃO/DEVOUÇÃO FUNDO SOLIDÁRIO (colocar o nome do Fundo)

Nome _____

Valor a contribuir / devolver: _____

Tipo de contribuição _____

Valor correspondente a _____

Data: ___/___/___

Conselho Gestor

CARNÊ DE CONTRIBUIÇÃO/DEVOUÇÃO FUNDO SOLIDÁRIO (colocar o nome do Fundo)

Nome _____

Valor a contribuir / devolver: _____

Tipo de contribuição _____

Valor correspondente a _____

Data: ___/___/___

Conselho Gestor

Este documento deve ser feito em duas vias: uma que fica para o fundo e outra que fica para a pessoa que contribui ou toma dinheiro emprestado. O ideal é que, na via que fica com o fundo solidário, a pessoa/grupo assine. A outra via, que fica com a pessoa/grupo, deve ser assinada por alguém do Conselho Gestor. Este movimento garante uma maior transparência e controle físico no processo de gestão.



PASSO 5

Aprovação do Regimento Interno e Início das Ações de Captação e Apoio

“Daqui a uns 10 anos, quero ter o prazer de olhar para a construção das moradias e dizer: eu estava lá, naquela oficina, em Maringá, com o CAMP, com a COOHABRAS e com a ARAS!” Fala durante oficina realizada em Maringá/PR.

Ao construir o conjunto das regras, é importante colocá-las em forma de regimento interno, ou num documento único que junte o conjunto de informações que foram sendo discutidas e elaboradas ao longo dos encontros e reuniões. De posse deste conjunto de informações, convoca-se uma assembleia geral, ou uma reunião ampliada com todas as pessoas que serão beneficiadas pelas ações do fundo solidário, para que apreciem as regras e aproveem sua criação.

No momento desta reunião ampliada, é importante escolher o Conselho Gestor, organizar as ações do fundo solidário (busca de recursos, em quanto tempo, onde, divisão de tarefas, etc.) e fazer a ata de aprovação do fundo.

A partir deste momento, o fundo solidário está oficialmente constituído, podendo já iniciar suas operações de captação e de empréstimo. É importante fazer a divulgação desta constituição para entidades parceiras, entidades de apoio e possíveis financiadores.



PASSO 6

Elaboração do Plano de Desenvolvimento

Toda ação precisa ser planejada, levando em consideração a realidade local, regional, estadual e nacional. Para poder elaborar um plano de desenvolvimento para as ações do grupo é fundamental olhar para a conjuntura que se tem, o objetivo que se quer alcançar, as forças políticas em disputa, quem são os/as aliados/as e o caminho que o grupo se propõe a seguir, a partir da definição de onde quer chegar. Isso tudo pode ser resumido, respondendo às seguintes questões:

- Onde estamos?
- Onde queremos chegar?
- Como chegar ao destino que desejamos?
- Qual o percurso que precisamos percorrer?
- Qual o tempo necessário para o trajeto que precisamos percorrer?
- O que pode ameaçar a caminhada?
- O que, no decorrer da caminhada, indicará o sucesso e/ou o fracasso?
- Com quem podemos contar?
- Quais as oportunidades para firmar nossos passos?
- Quais os investimentos que precisamos fazer?

É importante interpretar as informações sobre a realidade e buscá-las em fontes seguras. A internet fornece um conjunto de informações interessantes, mas pode apresentar dados pouco aprofundados ou mesmo informações equivocadas e sem fonte segura. Depois de olhar para este conjunto de elementos da realidade, é preciso pensar o que concretamente naquele local e região se consome, quantidades, qual a renda do local, quais as necessidades de consumo e como podem fortalecer as ações locais, através da organização de grupos para a produção, resistência e articulação. Ainda é importante considerar quais os instrumentos das finanças solidárias que estão presentes no território (cooperativas de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento e outros fundos solidários), planejando formas de contato e articulação.

A ação do fundo solidário não é isolada. Os elementos acima permitem a reflexão

para a elaboração de um planejamento das ações a curto, médio e longo prazos, dando passos, rumo à consolidação de um objetivo estratégico maior. Considera-se bastante importante pensar nesta construção para que as ações do fundo solidário não se isolem, ou mesmo deixem de cumprir com a função desejada pelo grupo. Esse estudo coletivo também garante um olhar mais alargado da realidade, dialogando com as necessidades locais, visando o desenvolvimento territorial com qualidade de vida e articulação em redes e cadeias produtivas.

“Acredito que o trabalho dentro deste coletivo fortaleceu o grupo e enriqueceu o conhecimento de todos sobre os temas abordados, ampliando a visão da economia solidária como uma nova fonte de trabalho justo e honesto”. Fala durante oficina em Blumenau/SC.



PASSO 7

Acompanhamento e avaliação

Além de planejar as ações, também é importante fazer o acompanhamento processual das decisões que foram sendo tomadas, avaliando o caminho que foi sendo trilhado pelo grupo/fundo solidário.

Sugerimos que a avaliação seja feita a cada período combinado entre o grupo. As pessoas que farão a avaliação devem observar o que foi planejado, o que foi feito, se tiveram ações que não foram feitas e porque, se avançaram nas ações políticas e práticas, na relação com a co-

munidade e com outras entidades e no objetivo que se colocaram quando da formação do fundo solidário, refazendo o caminho, se necessário.

A avaliação permite que problemas no percurso sejam refeitos e o caminho fique mais tranquilo de ser percorrido, sem sobrecarregar as pessoas.

“Nosso desafio, a partir de agora, é seguir multiplicando esses conhecimentos, bem como, a solidariedade”. Fala em oficina na Lapa/PR.



PASSO 8

A Importância de Escrever a Prática Vivenciada

“Os encontros com vocês foram para mim como um sopro de esperança, uma lufada de vida para dentro dos meus pulmões. Tive momentos de extrema emoção e poder recordá-los me faz muito bem. Observo vocês e consigo ver os rostos de quem ocupa as trincheiras do dia-a-dia, desse cotidiano que nos viola com todas as injustiças que são cometidas contra as/os trabalhadoras/es, as camponesas/es, às vidas das crianças e dos idosos, de toda a nossa gente. Obrigada por tudo, meninas. Espero encontrá-las ainda nessa estrada louca e linda! Forte abraço! ‘Se o presente é de luta, o futuro é nosso!’ Che Guevara”. Fala durante oficina em Blumenau/SC.

Partimos da compreensão de que todos os processos vividos pela classe trabalhadora deveriam, de alguma forma, serem registrados para que sejam história, sejam memória e sejam contados por aqueles/as que o viveram.

Fazer o registro das ações permite que a história seja arquivada e posteriormente lembrada. Agiliza os procedimentos quando se quer elaborar projetos para captação de recursos, pois uma das coisas que se exige é que a história daquele coletivo seja descrita. A memória

individual não é suficiente para guardar o conjunto das informações de um coletivo, porque cada pessoa lembra apenas uma parte de um dado fato. Se registrarmos o conjunto dos fatos ou elementos no momento em que eles acontecem, a história fica mais completa, sendo contada por quem a viveu.

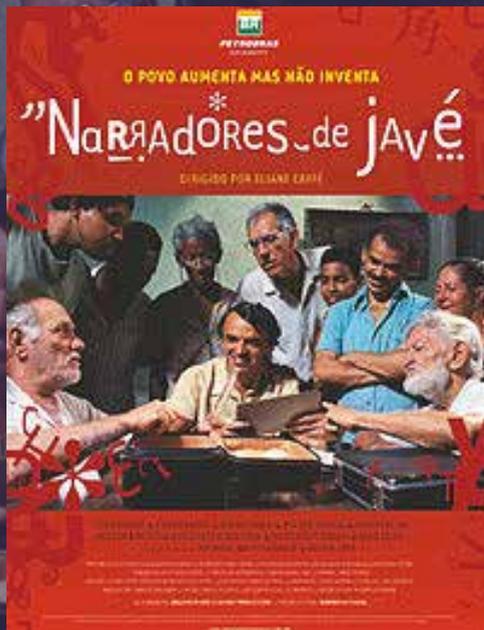
Para atingir este propósito, é preciso pensar num caminho, que inicia com o registro das ações planejadas, entrada e saída de pessoas, abrangência da ação e quantas pessoas envolve. Pode iniciar com um momento de contar a história do grupo. Depois se reflete sobre esta história e se finaliza com o arquivamento em espaço específico e adequado. Uma forma de registro é que as pessoas que vivenciam um determinado processo escrevam cartas contando o processo que estão vivenciando.

Deixar o registro para as futuras gerações, de experiências de trabalho e vivências coletivas, pode e deve ser o nosso legado, enquanto agentes transformadores/as das práticas e das relações que nos cercam.

“No processo que iremos vivenciar vamos ir percebendo que a luta do/a outro/a também é nossa. As conquistas que um tem, todos terão (economia solidária e os povos tradicionais)”. Fala durante oficina em Porto Alegre/RS com Povos Tradicionais de Matriz Africana.

SINOPSE

Narradores de Javé é um filme brasileiro em co-produção com a França de 2003, do gênero drama, dirigido por Eliane Caffé. A pequena cidade Javé será submersa pelas águas de uma represa. Seus moradores não serão indenizados e não foram sequer notificados porque não possuem registros nem documentos das terras. Inconformados, descobrem que o local poderia ser preservado se tivesse um patrimônio histórico de valor comprovado em “documento científico”. Decidem então escrever a história da cidade - mas poucos sabem ler e só um morador, o carteiro, sabe escrever. Depois disso, o que se vê é uma tremenda confusão, pois todos procuram Antônio Biá, o escrivão da obra de cunho histórico, para acrescentar algumas linhas e ter o seu nome citado.



FUNDOS SOLIDÁRIOS COMUNITÁRIOS CONSTITUÍDOS NA REGIÃO SUL

Uma importante característica dos Fundos Solidários Comunitários que foram sendo construídos durante desenvolvimento do projeto (convênio 792864/2013) entre 2013 e 2017 é que todos possuem nomes que dialogam com o objetivo, a finalidade da ação e a identidade do coletivo.

Nesta cartilha, optou-se descrever, de forma resumida, quais são os Fundos Solidários, sua finalidade, forma de captação e de fazer a gestão, de modo que possam ser experiências conhecidas e reproduzidas, respeitando as diferenças presentes em cada local.

1 - FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO BOM VIVER



Abrangência: Municipal – São Leopoldo/RS

Grupo que faz a gestão: Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo/RS

Modalidade: Fundo Rotativo

Objetivo: Fomentar os empreendimentos do Fórum de São Leopoldo/RS; promover a sustentabilidade econômica e ambiental desses empreendimentos e auxiliar no processo de organização do Fórum.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro, trabalho, produtos e serviços.

Captação:

- Contribuição dos grupos para o Fundo, que pode ser em dinheiro e/ou produto durante as feiras oficiais do Fórum.

- Realização anual do Chá Germânico, de modo que as sobras sejam totalmente destinadas ao Fundo.

- Elaboração de projetos para organizações de fomento.

Gestão feita pela Comissão Gestora :

A plenária é a instância máxima de decisão. Nela ocorre a escolha da comissão gestora e por ela são aprovadas as mudanças no regimento interno do Fundo.

A comissão gestora é composta por cinco (5) representantes que estão na coordenação dos Empreendimentos e que estejam há, no mínimo, 1 (um) ano na coordenação do Fórum.

Possui reserva fixa

Obs.: Este é o primeiro fundo rotativo solidário da região sul do Brasil. Foi construído em 2014.

2 - FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO INTEGRIDADE DA RESVI



Abrangência: 14 municípios do Vale do Itajaí/SC.

Grupo que faz a gestão: Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI).

Modalidade: Fundo Rotativo

Objetivo: Fortalecer os Empreendimentos que compõem a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí/SC (RESVI), garantir o acesso aos processos formativos; garantir o acesso aos recursos para participação dos EES em feiras, eventos e reuniões; fomentar a aquisição de equipamentos e insumos.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Captação:

- Sobras das vendas do Brechó realizado na Universidade Regional de Blumenau (FURB), sendo, 100% do valor da venda se caso a peça foi doada, ou 50% do valor

das vendas de peças não doadas.

- Contribuição de 5% das vendas dos EES que realizam Feira mensal na FURB;
- Repasse de 5% do total das vendas para o Fundo Rotativo Solidário em caso de participação nos espaços de comercialização e feiras organizadas e/ou mantidas pela RESVI.
- Devoluções dos empréstimos.
- Contribuições mensais dos empreendimentos que não participam das feiras, mas que fazem parte da

Obs: : Os valores referentes a contribuição mensal são redefinidos anualmente a partir da média de contribuição dos EES no ano anterior.

Gestão: Através de uma Comissão Gestora com autonomia, cabendo ao Coletivo da RESVI garantir as diretrizes políticas. As reuniões mensais da RESVI são o espaço legítimo de discussão e encaminhamentos pertinentes ao Fundo Rotativo Solidário.

Reserva fixa: 25% do valor total que está no Fundo. Terá que ter, no mínimo R\$ 1.500,00 de reserva fixa. Nessa regra, prevalece o valor que for maior.

Obs.: Para potencializar a ação do Fundo Solidário, a RESVI construiu a moeda social Pila, que circula na Feira da FURB. Este processo foi acompanhado pelo convênio em parceria com o Banco Comunitário União Sampaio/SP.

3 - FUNDO SOLIDÁRIO DAS MULHERES CAMPONESAS



Abrangência: Estado do Rio Grande do Sul

Grupo que faz a gestão: Movimento de Mulheres Camponesas e Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida (COOPERVITA)

Modalidade: Fundo misto – prevê ações rotativas e de fomento

Objetivo: Atender as demandas organizativas, de produção, beneficiamento, pro-

cessamento e comercialização da produção das pessoas associadas do Fundo, beneficiando pessoas e grupos que se enquadrem na agricultura familiar e camponesa, servindo como instrumento interno de trabalho a serviço do Movimento e da Coopervita

Tipo de recurso mobilizado: Sementes crioulas e dinheiro.

Captação:

- Produção de sementes crioulas.
- Elaboração de Projetos para entidades de apoio
- Captação de recursos de outras entidades, Governos e Bancos parceiros/as da luta das camponesas
- Realização da Feira Estadual com as camponesas, destinando uma porcentagem da venda dos produtos para o Fundo.

Gestão: feita por uma comissão gestora e por assembleia das associadas do fundo solidário.

Reserva fixa: 30% do valor do fundo.

Obs.: O fundo solidário está em processo de construção de suas regras de funcionamento.

4 - FUNDO SOLIDÁRIO AMIGAS E AMIGOS POR UM MUNDO MELHOR - AMME



Abrangência: Nacional e internacional

Grupo que faz a gestão: Cooperativa de Trabalho Educacional dos Amigos por um Mundo Melhor (COOPERAMME)

Modalidade: Fundo misto. Sua forma de gestão contempla ações de Fundo Rota-

tivo Solidário, na medida em que atua com empréstimos pessoais para associados/as e ações de Fundo de Fomento, visando a captação de recursos e aplicação nas ações coletivas definidas pela Cooperativa..

Objetivo: Cumprir com os objetivos da COOPERAMME, através de práticas coletivas de administração de recursos financeiros, da captação de recursos e apoio a projetos, cujas atividades estão previstas no seu estatuto social.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Captação: Para as ações de fomento, os recursos são provenientes da apresentação de projetos para entidades jurídicas, quais sejam: editais públicos e privados; outros Fundos Solidários de Fomento; empresas, bancos, fundações e autarquias; Fundos Municipais e Estaduais de Economia Solidária; pessoas físicas. Para empréstimos pessoais os recursos são oriundos de eventos sociais, como chás, brechós, cafés solidários, bailes e outros eventos, promovidos pelas/os associadas/os da COOPERAMME.

Gestão: Através de um conselho gestor, composto por coordenador/a, secretário/a, contador/a e dois/duas articuladores/as, eleitas/os em assembleia geral especial do segundo semestre, para um mandato de dois (02) anos. Na escolha de novo conselho gestor para administrar o Fundo é observado a permanência de dois quintos na nova composição.

Reserva fixa: No mínimo, um salário mínimo nacional corrigido anualmente, ou de 10% do valor total dos recursos que está no Fundo Solidário. Nessa regra prevalece o valor que for maior.

Obs.: As associadas da COOPERAMME atuam em processos formativos de economia solidária com crianças e possuem uma experiência importante com trocas solidárias em ambientes escolares, uso de moeda social (necdindin) e banco comunitário.

5 - FUNDO SOLIDÁRIO UBUNTU - Eu sou, porque nós somos!



Abrangência: Estado do Rio Grande do Sul

Grupo que faz a gestão: Cooperativa Estadual de Trabalho e Desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – COOPTMA-RS

Modalidade: Fundo misto. Sua forma de gestão contempla ações de Fundo Rotativo Solidário, atuando com associados/as da COOPTMA RS e também com ações de Fundo de Fomento, na medida que prevê ações com terceiros/as

Objetivo: Contribuir com o desenvolvimento econômico e social das/os cooperadas/os da COOPTMA RS que optarem por compor o Fundo Solidário UBUNTU, priorizando as questões de gênero, juventude e idosos/as; facilitar o acesso ao crédito produtivo e orientado aos bens e mecanismos de produção, promovendo o desenvolvimento sustentável e diminuindo a pobreza dos povos tradicionais de matriz africana; ampliar e fomentar grupos de geração de trabalho e renda; e contribuir financeiramente com a manutenção das instâncias nacional, estadual, municipal e micro do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA).

Tipo de recurso mobilizado: Dinheiro. Posteriormente serão utilizadas sementes crioulas, animais e bens.

Captação:

- Sobras das operações e de outros fundos sociais da COOPTMA RS, a serem definidas em assembleia.
- Adesão e contribuição dos/as cooperados/as.
- Doações públicas e privadas que dialoguem com os princípios da economia solidária e do cooperativismo.

- Coletas através do livro ouro.
- Realização de eventos com fins arrecadatórios.
- Venda de produtos em feiras organizadas pela cooperativa.
- Participação em editais.
- Produtos produzidos especificamente para a captação do Fundo Solidário.
- Captação de outros fundos solidários ou constitucionais.
- Realização de ações e eventos dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
- Recursos não retornáveis de bancos públicos.
- Recursos não retornáveis do orçamento da União.
- Recursos não retornáveis de empresas públicas, fundações e autarquias.
- Recursos não retornáveis de organismos e entidades internacionais.

Gestão: Através de uma comissão gestora estadual e por comissões gestoras municipais ou locais que respeitam a organicidade do FONSANPOTMA e da COOPTMA RS.

Reserva fixa: 25% do montante total do recurso arrecadado, corrigido anualmente, de acordo com o valor que está em caixa, quando da realização da assembleia geral dos/as associados/as do Fundo Solidário.

Obs.: O Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, artigo 3º, compreende por povos e comunidades tradicionais: I - Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

6 - FUNDO HABITACIONAL



Abrangência Municipal: Maringá/PR

Grupo que faz a gestão: Cooperativa Habitacional Central do Brasil (Coohabras) e Associação de Reflexão e Ação Social (ARAS)

Modalidade: Fundo habitacional

Objetivo: Garantir, através da composição de uma poupança coletiva, a compra de terreno. Para a construção das casas é feito

financiamento através do programa Minha Casa Minha Vida.

Captação: Dos/as associados/as

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Gestão: Feita pela Cooperativa Habitacional Central do Brasil (Coohabras) e Asso-

ciação de Reflexão e Ação Social (ARAS)

Obs.: a ação do convênio, propiciou a realização de oficinas, assessorias e reuniões entre a CÔOHABRAS e os/as moradores/as de Maringá/PR.

7 - PRESERVAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS - ITATIBA DO SUL e FREDÉRICO WESTPHALEN



Abrangência: Regional

Grupo que faz a gestão: Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)

Modalidade: Fundo de sementes crioulas

Objetivo: Refletir sobre a importância da garantia, preservação, multiplicação e comercialização de sementes crioulas/limpas.

Tipo de recurso mobilizado: Sementes crioulas

Captação: Sementes crioulas produzidas por camponeses/as que ao utilizar as sementes que estão no banco depois da colheita, devolvem numa quantidade maior.

Obs.: o tempo de trabalho com camponeses e camponesas difere dos demais coletivos assessorados, devido ao tipo de recurso mobilizado e de todo o processo formativo mais denso e de acompanhamento que precisa ser realizado. Deste modo, o convênio contribuiu para a realização de seminários e assessorias, que foram ministradas pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares.

8 - FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO OLHARES DO SUL



Abrangência: Estado do Rio Grande do Sul

Grupo que faz a gestão: Rede Olhares do Sul

Modalidade: Fundo Rotativo

Objetivo: Fortalecer e apoiar os empreendimentos da Rede Olhares do Sul.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Captação: provém de percentagem da venda de produtos coletivos; de editais de outras entidades e; da promoção de eventos.

Gestão: é feita por uma comissão gestora composta pelas mesmas pessoas da coordenação da Rede Olhares do Sul. A alteração do regimento interno só pode ser feita pela assembleia dos empreendimentos.

Reserva fixa: 1/4 do fundo solidário será fixo (25%)

9 - FUNDO SOLIDÁRIO RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (POPRUA)



Abrangência: tem a delimitação fixada pela demanda das ações desenvolvidas pelo MNPR RS

Grupo que faz a gestão: Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) do Rio Grande do Sul

Modalidade: : Fundo Rotativo

Objetivo:

- a) Fortalecer as ações do MNPR/RS, através da garantia de processos democráticos, de transparência na gestão de recursos e da organização das finanças do Movimento.
- b) Garantir autonomia e protagonismo do MNPR/RS.
- c) Desenvolver ações de ampliação do Movimento no Estado do Rio Grande do Sul.
- d) Garantir o fortalecimento dos processos de confiança, responsabilidade coletiva, cooperação e apoio mútuo entre os/as militantes do MNPR/RS.
- e) Vivenciar autogestão nos processos de captação de recursos.
- f) Reforçar as ações de respeito e solidariedade nas decisões do MNPR/RS, tanto nas relações interpessoais, quanto na gestão dos recursos.
- g) Realizar captação de recursos, contribuindo para garantia de estrutura de hos-

pedagem, alimentação, transporte e produção de materiais para o Congresso do MNPR, que acontecerá no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2018.

Tipo de recurso mobilizado: dinheiro

Captação:

- a) Realização de rifas.
- b) Realização de eventos e atividades culturais como teatro, exposição de fotos, torneio de futebol e shows.
- c) Realização de financiamento coletivo (vaquinha online), onde dependendo do valor que a pessoa/entidade doa, se dá um kit do Movimento, contendo camiseta e bandeira.
- d) Produção e venda de camisetas utilizando serigrafia produzida pelos militantes.
- e) Produção e comercialização de bôtons.
- f) Realização de feiras do MNPR, onde todas as sobras provenientes das vendas são revertidas para o Fundo Solidário.
- g) Contribuição mensal e individual nos valores de (no mínimo) R\$5,00 para militantes em situação de rua e de R\$10,00 (ou mais) para militantes apoiadores/as.
- h) Produção e venda de documentários.
- i) Parcerias com empresas, entidades e outros fundos solidários ou constitucionais, que dialoguem com a proposta, princípios e objetivos do MNPR/RS.
- j) Recursos públicos, através da elaboração de projetos.
- k) Da articulação e captação com outros movimentos sociais.
- l) Produção de calendários com fotos tiradas pela população em situação de rua, para venda ao final de cada ano.
- m) De doações públicas e privadas que dialoguem com os princípios da economia solidária e do MNPR/RS.
- n) De produtos elaborados especificamente para a captação do Fundo Solidário.
- o) De recursos não retornáveis de bancos públicos.
- p) De recursos não retornáveis do orçamento da União.
- q) De recursos não retornáveis de organismos e entidades internacionais.

Gestão: feita por uma comissão gestora composta por pessoas, sendo duas pessoas (um/a militante apoiador/a e um/a militante em situação de rua) de cada município onde o MNPR possui organização. A cada ano, em assembleia do MNPR são indicadas e referendadas as pessoas que irão compor a comissão gestora do Fundo Solidário.

Obs.: 30% de cada valor a ser captado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cartilha dos Fundos Solidários: contribuição sobre histórico, constituição e gestão. Porto Alegre: agosto de 2012.

Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes. Paraíba: 2011.

GUSSI, Alcides. FILHO, Clarício dos Santos. ALMEIDA, Gláucia Furtado Brasil de. A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no nordeste: o caso da Rede Bodega. Artigo apresentado no VII Encontro Internacional de Economia Solidária do Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária (NESOL). Universidade de São Paulo, novembro de 2011.

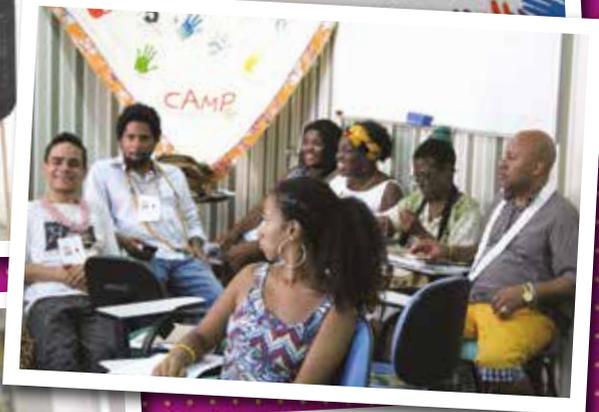
<http://nucleopiratininga.org.br/cursos-do-npc/como-fazer-analise-de-conjuntura-professores-reginaldo-moraes-e-claudia-santiago/> - pesquisa em 10/12/2014 as 16 hrs.

<http://www.significados.com.br/mandala/> - pesquisa realizada em 24/02/2015 – as 16:46.

<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/expressao-mundial/cooperativismo-de-credito-na-espanha/o-case-de-mondragon-na-espanha/>









MINISTÉRIO DO
TRABALHO

